

REUNIÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2016 DO CMPD

Aos dezesseis dias do mês de novembro de 2016, deu início a reunião ordinária do mês corrente às 18h55m em virtude da espera de quórum, na Casa dos Conselhos, sendo presidida pela Presidente do respectivo Conselho, Conselheira Victoria Gutiérrez e secretariando a Primeira Secretária, Sônia Paiva, compondo ainda a mesa diretora, o Vice Presidente André Pombo. Como informes, foi dito que ainda não foram preenchidas na totalidade as representações das Comissões de Orçamento e Finanças e da Educação Permanente. Não houve expedientes, iniciando a pauta de reunião com a leitura da ata anterior, referente ao mês de Setembro, já que em Outubro não houve Reunião Ordinária, sendo aprovada na íntegra. Dando prosseguimento ao ponto de pauta, foi informado pela Presidente Victória que o Programa Crack é possível vencer está ligado a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil e que devido às intercorrências no município decorrente das chuvas, não foi possível o comparecimento de um representante para apresentar o referido tema ponto de pauta, sendo então retirado de pauta, a ser apresentado em reunião posterior (mês de Dezembro). Dando prosseguimento à pauta, tentou-se o preenchimento das vagas ociosas nas Comissões, porém sem êxito, partindo então para o próximo ponto de pauta, Gestão Orçamentária do SUS, sendo apresentado pelo Conselheiro André Pombo. Inicia a apresentação expondo o objetivo, que é demonstrar o arcabouço jurídico e como os recursos são encaminhados do Fundo Nacional de Saúde para o município. Contextualiza a saúde na Constituição Federal, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Lei Orgânica da Saúde, a Lei 8142/90 que normatiza a participação social no SUS e o repasse financeiro. Explica a Ementa Constitucional 29/2000, que acrescenta artigos na Constituição Federal para assegurar os recursos aos municípios para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Cita o decreto 7508/11 que regulamenta a Lei 8080/90 e a Lei Complementar 141/2012, e explica a Ementa Constitucional 86/2015 que altera os artigos 165, 166 e 198 da Constituição Federal. O Conselheiro Oswaldo ressalta as distorções das ementas parlamentares já que os municípios não são consultados para dessa forma, conhecer as demandas necessárias. Dando continuidade, o Conselheiro André Pombo apresenta a trajetória

Volta

histórica, mencionando os movimentos sociais: Movimento Nacional em defesa da saúde e Movimento Saúde mais Dez, culminando em agosto de 2013 em 22 milhões de assinaturas de eleitores exigindo a aplicação de 10% da receita bruta da União em Saúde. Cita a PEC 1A/2015, a Ementa Constitucional 86/2015 e a PEC 241^a, que estabelece novo regime fiscal para os próximos 20 anos. Conselheiro André ressalta que a Saúde, Educação e Seguridade Social terão estagnados seus orçamentos por 20 anos e que se a PEC 55 for aprovada, não haverá mais o escalonamento de verba. Conselheiro André apresenta os blocos e componentes dos financiamentos do SUS. A Conselheira suplente do CREMERJ e Presidente Victoria ressaltam a gravidade da PEC 55 se aprovada, devido ao fato que nesse período de 20 anos, novas doenças podem surgir, assim como inevitável aumento e envelhecimento da população, o que acarreta em aumento de gastos. O Conselheiro Pedro pergunta em que bloco está a Saúde Mental, sendo informado pelo Conselheiro André que está no bloco de média e alta complexidade.

Prosseguindo para o último ponto de pauta, presidente Victoria apresenta a minuta do regulamento para o concurso da logomarca do CMPD para que sejam feitas sugestões e possíveis correções, lembrando que ainda retornará ao CMPD para aprovação. No artigo 6º onde permitia a inscrição de até três desenhos por aluno, diversos conselheiros acharam muito, sendo votada então, a inscrição de um desenho por aluno. Conselheiro César indaga quantas escolas participarão e sugere seletiva por escola. Quanto à premiação em votação decidiu-se que sejam premiados os três primeiros vencedores. Conselheiro representante do Projeto C3 enfatiza a necessidade que se respeite a logomarca vencedora, sem aprimoramento do CMPD. Conselheira representante da Secretaria de Educação sugere estabelecer critérios sobre o tipo de papel a ser desenhado e sugere ainda pré-seleção dos desenhos. Conselheira Sônia sugere a busca de patrocínios para os prêmios e Conselheiro André ressalta que será preciso aguardar a nova composição dos Conselheiros após a eleição municipal, para que se retorne o assunto em pauta. Presidente Victoria lembra que o ponto de pauta Crack é possível vencer ficará para outra reunião e dá por encerrada a Reunião Ordinária às 20h25min.

